



Enquanto tratarem a energia como mercadoria e não como serviço público o consumidor vai pagar o **pato.**



“

Hoje a tarifa de energia no Brasil é a **5ª** mais cara do mundo.

”

OS LUCROS
DAS DISTRIBUIDORAS
PRIVATIZADAS

O preço
da luz

SÃO
EXORBITANTES
EXTORSIVOS

é um roubo

Não à Privatização!!!!!!!!!!!!!!!

Pesquisas recentes de opinião pública, como a realizada pelo Instituto Data Folha, em dezembro de 2018, revelam que

70% da população é contrária à privatização.





+80%

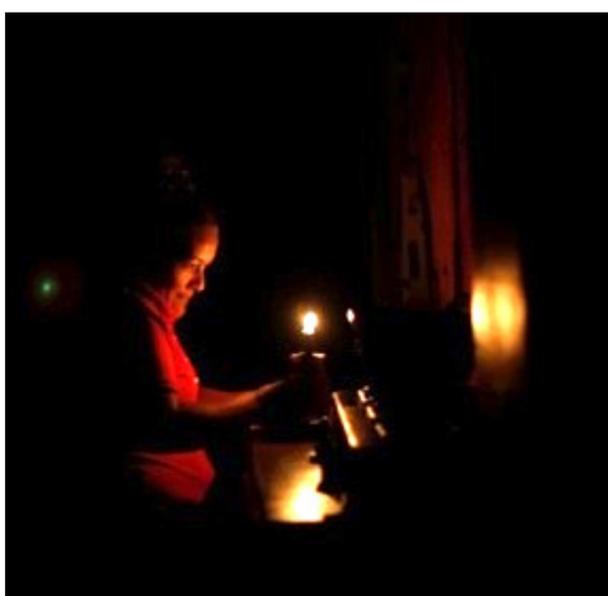
Um exemplo dos descaminhos da privatização é o caso da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, privatizada em 2000. Em 17 anos, teve um reajuste tarifário 195,46%, para uma inflação correspondente neste período de 115,21%. Ou seja, as tarifas **aumentaram 80,25% acima da inflação!!!!**

.01

SUCATEAR PARA PRIVATIZAR

A privatização das distribuidoras de energia aconteceu em meados de 1990, durante o governo FHC. Foram vendidas 26 empresas

02.



Apagão

O resultado foi a crise do apagão entre 2001 e 2002, causada por falta de planejamento e investimentos em geração de energia, por parte das empresas privadas.

.03



Desapreço

Após toda uma década **sem** investimentos na geração e distribuição de energia elétrica no Brasil, um racionamento de energia foi elaborado às pressas, na passagem de 2000 para 2001.

.04

Prejuízo

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), publicada em 15 de julho de 2009, mostrou que o apagão elétrico gerou um prejuízo ao Tesouro de R\$ 45,2 bilhões.

05.



Paralisia

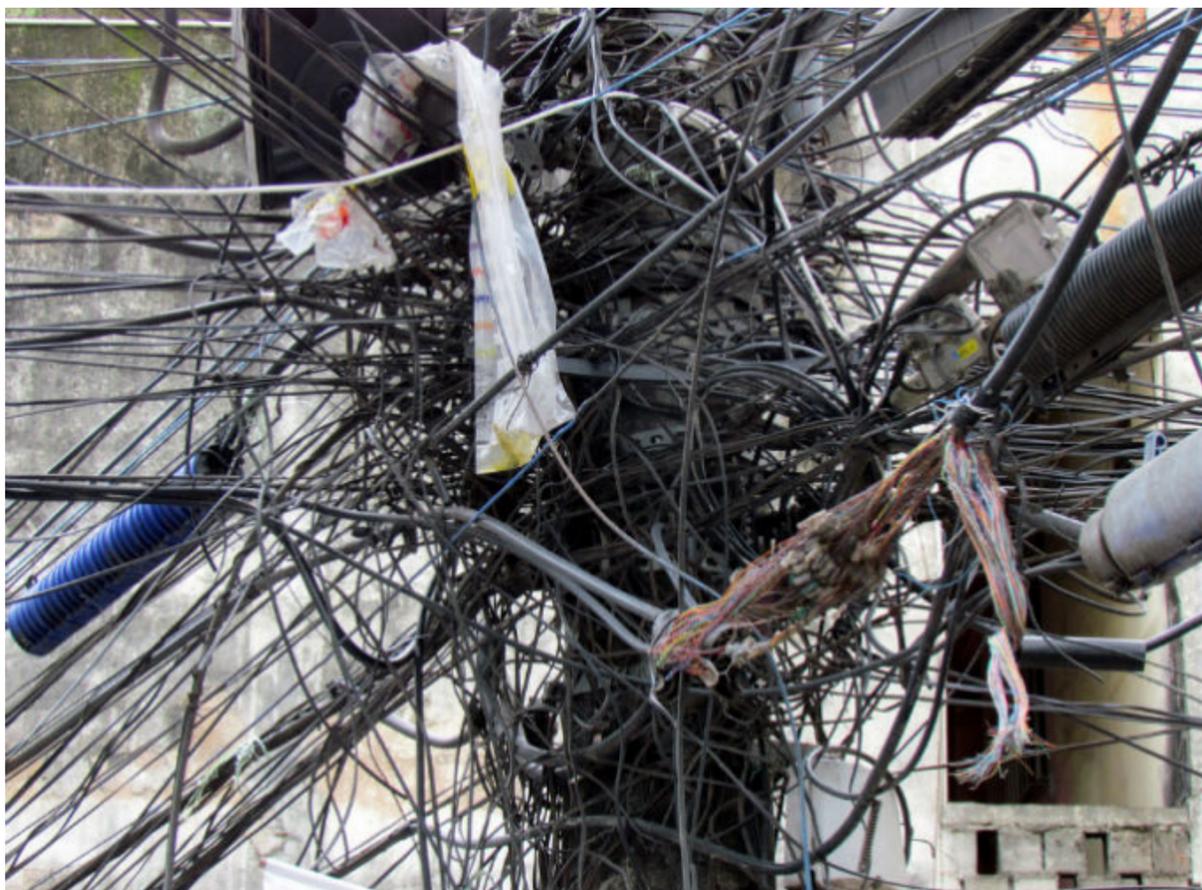
Mas eles não se importam com isto. Querem a privatização de qualquer jeito. A tática é velha conhecida: aviltar para vender a preço de banana. Ao longo dos anos 80 os investimentos no setor elétrico se mantiveram razoáveis – em patamares superiores a 8 bilhões de dólares anuais. Mas a partir da década de 90 os investimentos foram drasticamente cortados, chegando a cair à metade no período 1990-97. Com esta paralisação não houve mais manutenção do sistema, foram se acumulando as dívidas com empreiteiras e fornecedores de equipamentos e houve suspensão na construção de hidrelétricas.

A solução? **Privatização.**

Geração da Eletrosul foi a única à venda

Para ajudar na venda o setor foi “**desverticalizado**”. Separaram a geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia. Fatiado o mercado, a venda estava garantida. E para dar o exemplo, o governo privatizou as distribuidoras federais Ligth e Escelsa.

Porém, sofrendo pressões políticas, a única geração privatizada foi a fatia que era da Eletrosul. E a competição tão alardeada? Por quase 10 anos não houve investimentos em geração. Os investimentos que agora existem são em grande parte em parceiras público/privada. Ou seja, mesmo tendo havido a privatização, o livre mercado não quer saber de investir, pois o governo ainda tem que comparecer para atrair e assegurar o investimento privado.



E a competição???

Entre 1995 e 2015 o preço médio da energia elétrica ao consumidor subiu **120%** acima da inflação, ou seja **4 %** em média de aumento real ao ano. Entre 2003 e 2004 ocorreram aumentos de mais de 30% na tarifas residenciais.

Apenas em um ano.

A CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), por exemplo, aumentou sua tarifa em 26,06% desde que foi privatizada, em novembro de 98. Nesse período, a inflação foi de 12,87%, de acordo com o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas. Vale citar que, por exemplo, em abril de 1993 a tarifa valia R\$ 37,6/MWh e para ajudar na venda ela foi "ajustada" **passando** a va-

ler, em dezembro do mesmo ano, R\$ 60,0/MWh.

Um "passar de olhos" nos balancetes anuais dessas empresas comprovam que os ganhos extraordinários das concessionárias se devem aos draconianos contratos de privatização – em particular os das distribuidoras.

A Light logo após a venda protagonizou a maior crise do setor. Foi no verão de 97/98. Privatizada em 96, a empresa é responsável por cerca de 80% da distribuição de energia no Rio. Entre o fim de 1997 e o início de 1998, a rede precária e sobrecarregada da Light fez os cariocas passarem pelo **"verão do apagão"**.

Na prática, o que acontece, e está previsto em lei, é que as distribuidoras são ressarcidas por qualquer interferência que afete os preços da energia por elas adquirida. O custo é sempre pago pelos consumidores (via tarifas), que subsidiam a saúde financeira dessas empresas, garantindo ganhos extraordinários a todas, mesmo quando a qualidade de seus serviços é sofrível.

Vão comprar por 12 uma coisa que vale 400 e ainda levam de bônus uma entrada de 40.



A privatização da Eletrobras, trará um aumento tarifário "significativo" e por um "longo período".



NEGÓCIO DA CHINA

Querem Rifar a ELETROBRAS

Agora querem vender a Eletrobras por R\$ 12 bilhões enquanto os ativos da empresa estão orçados em R\$ 400 bilhões. Além disso a Eletrobras tem a receber R\$ 40 bilhões em indenizações do governo. **A empresa privada sabe que vai comprar por 12 algo que vale 400 e ainda leva de bônus 40.**

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a venda da Eletrobras vai resultar em um aumento inicial na tarifa de energia de **16,7%**, no mínimo. Alguns especialistas apontam reajustes superiores a **70%**. O próprio diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse que o modelo de privatização da Eletrobras, trará um aumento tarifário **"significativo"** e por um **"longo período"**.

O exemplo da CELPE de mais de 80% de aumento acima da inflação não é muito diferente do que ocorre com outras distribuidoras do norte e nordeste que foram privatizadas no último ano. Lembrando que o discurso oficial justificando a privatização, era de que os consumidores, com a privatização, teriam redução nas tarifas, e melhoria na qualidade dos serviços prestados. Mas nada disso aconteceu. As distribuidoras da Eletrobras que foram privatizadas atuam no Acre, Alagoas, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí, além da CEA, do governo do Amapá.

Por exemplo: no final de dezembro passado logo após o leilão da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), vendida ao Grupo Energisa, a Aneel aprovou o reajuste tarifário **de 25,34%**.





Feitiço contra o feiticeiro

Privatização não é a solução

A Celg, atual Enel Goiás, privatizada em 2016, também reajustou a tarifa acima da inflação. Em fevereiro de 2019 a péssima prestação de serviços da empresa colocou os consumidores de Goiás em polvorosa. Técnicos da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foram ao estado avaliar o serviço prestado pela Enel Distribuição Goiás. A solicitação foi feita – vejam só!!! - pelo governador privatista Ronaldo Caiado (DEM), após

denúncia de ‘apagão’.

Em reunião com representantes, Caiado afirmou que o “Estado está com desenvolvimento comprometido por falta de investimentos no setor energético. A Enel é a pior distribuidora do país. Hoje, o apagão em Goiás já somou 26 horas, mais do dobro das outras que estão em segundo lugar, dentre as piores”, frisou o democrata.



Os consumidores de Roraima já sentiram o gosto da privatização. O aumento das tarifas de energia da Boa Vista Energia, autorizado pela Aneel, em outubro de 2018, pouco depois da venda deixaram todos estarecidos: 38,5% sendo que a inflação está em 4% ao ano.

FIASCO



E O SOCIAL?

A Boa Vista Energia foi privatizada em agosto de 2018 a um preço muito baixo. A empresa pertencia à Eletrobras. A distribuidora atende 165 mil unidades consumidoras. Segundo a senadora Angela Portela (PDT/RR) houve toques surreais no leilão, realizado em São Paulo. Venceu a pequena empresa Oliveira Energia, que saltou repentinamente de **revendedora de motores elétricos para concessionária de energia elétrica**. Afora tudo isto, alerta a senadora, a gestão privada dificultará a implantação de programas sociais indispensáveis em regiões carentes do estado.

PROMESSAS

A CEPISA foi a primeira distribuidora da Eletrobras a ser vendida em julho de 2018. A proposta vencedora foi com lance de apenas R\$ 45.521,52 (o preço de um carro popular novo!). Além da CEPISA, a **Equatorial** administra as distribuidoras Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e a Centrais Elétricas do Pará (CELPA). A empresa Equatorial, no período do leilão, prometeu que reduziria as contas de energia em 8,5%. Após tomar posse, invés de reduzir, aumentou em média 12,64% - número de dezembro de 2018. Já para os consumidores industriais, atendidos em alta tensão, o reajuste médio é de 13,61%.



Outro grupo internacional, a **Energisa**, que arrematou as Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), no dia 30 de agosto de 2018, achou que não teria problemas tão cedo e que a população aceitaria o reajuste médio nas contas de luz de 27%. Mas não foi o que aconteceu. A população de Rondônia reagiu com muitas manifestações contra o reajuste.



SÓ RESTOU PROTESTAR

O Grupo **Energisa** é uma holding composta por 18 empresas, sendo 13 delas empresas de distribuição de energia elétrica, em nove estados do país. É o sexto maior grupo de distribuição de energia do Brasil, com aproximadamente seis milhões de clientes e atende uma população de quase 16 milhões de pessoas.

Em Brasília, a bancada federal de Rondônia convocou uma audiência na ANEEL e outra com o ministro de Minas e Energia para discutir o assunto e buscar alternativas política e juridicamente. O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) usou a tribuna do Senado para cobrar posição do governo federal. “Vamos continuar lutando na Justiça e na esfera política para reverter esse aumento”, disse Acir. O senador disse que os reajustes aplicados no Estado estão fora da realidade econômica da população. As manifestações públicas contra o reajuste da tarifa de energia aconteceram em atos simultâneos por todo estado. Neles, empresários, populares e representantes parlamentares criticaram a decisão da empresa que havia **prometido** não fazer reajuste em menos de um ano após a privatização.



PERDEMOS DUAS VEZES

Entregar a Eletrobras e suas usinas já amortizadas para algum grupo privado, talvez estrangeiro, significa fazer o consumidor de energia **pagar uma segunda vez pelo que já pagou**, além de abrir mão de qualquer conceito estratégico em relação à produção, distribuição e forneci-

mento de energia com segurança e sem interrupções e apagões.

Atualmente, a fórmula de cálculo do índice de reajuste foi mudado e a tarifa está indexada ao IPCA (índice geral de preços amplo), que regem os reajustes de salário e de preços ao consumidor. Porém, desde 2015 com o desemprego em disparada, com o PIB tendo resultados negativos ou pífios, e com o arrocho salarial, não se consegue fazer frente a este índice..

Na prática, enquanto a renda das famílias **desce**, as tarifas elétricas **sobem** pelo elevador.

A privatização, da forma como o governo está anunciando, irá implicar na chamada descotização.

Hoje, o investimento no setor, como a construção de usinas e demais obras, é pago pela população, cujo valor proporcional a cada consumidor é acrescido na conta, a chamada cotização. Depois de quitado o valor total, as contas são reduzidas, baixa o custo da tarifa. A proposta de privatização é manter esse valor nas contas mesmo após a quitação das dívidas. Esse dinheiro, que deveria ser descon-

tado/descotizado das contas dos consumidores vai para o bolso do empresário. Ou seja, aumentará ainda mais o lucro deles.

Essa é a lógica do livre mercado do setor privado.

Isso gerará um aumento imediato de **17%** na conta do consumidor, segundo a própria Aneel.

Nunca se deve esquecer que a base da energia gerada no país é hidrelétrica e, se privatizar a Eletrobras, além de criar um monopólio de empresas que ditarão o valor da energia, elas passarão a **controlar nossas águas**, que também é um bem público.

A iniciativa privada faz mal

A partir de 2005 virou moda em Mato Grosso ser dono de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH). Apenas a Maggi Energia S.A., que pertence ao ex-ministro da Agricultura Blairo Maggi (PR), lucrou com PCHs R\$ 18 milhões em 2017, R\$ 3 milhões a mais do que no ano anterior.

A empresa do ex-governador de Mato Grosso se associou à MCA Energia, do ex-deputado Carlos Avalone (PSDB), e à Linear Participações e Incorporações, do empresário José Geraldo Nonino, para construir uma rede de usinas hidrelétricas distantes 10 quilômetros uma das outras em um trecho do Rio Juruena. A empresa Juruena Participações e Inves-

timentos, também em nome de José Nonino, opera as PCH's Cidezal, Parecis, Rondon, Telegráfica e Sapezal, todas no Rio Juruena. Em 2017, o lucro da empresa foi de R\$ 25 milhões,

R\$ 16 milhões a mais do que no ano anterior, segundo dados do balanço financeiro da empresa. As empresas do complexo Juruena lucraram em 2017 R\$ 43 milhões.

Mas o Ministério Público Federal não está de acordo com muita coisas, por conta de uma série de irregularidades no licenciamento. Há várias ações civis públicas em tramitação.

“Estes projetos literalmente barraram

o rio”, conta Andreia Fanzeres, coordenadora do programa de direitos indígenas da Operação Amazônia Nativa (Opan). “É inavaliável, não sobe nem desce nada. O impacto ambiental foi grande e o impacto social jamais foi considerado”. As alterações afetaram principalmente os pescadores dos municípios ao redor do rio e os indígenas da etnia Enawenê-nawê. As barragens impedem que as espécies subam o rio na piracema para se reproduzir, reduzindo o volume dos animais nas águas.

Capitalismo sem risco??

A noção de equilíbrio econômico, introduzida nos contratos de privatização (ou “de concessão”) como mecanismo de proteção ao capital estrangeiro investido no setor elétrico, garante que os investimentos sejam sempre remunerados. E, assim, criou-se, no setor elétrico brasileiro, o “**capitalismo sem risco**”.

A Eletrobras possui 14 hidrelétricas nesse regime de cotas, que negociam a produção a entre 60 e 70 reais por megawatt/hora. Essa energia poderia ser vendida no mercado a partir de 2018 por pelo menos 150 reais, o que significa uma geração de caixa de mais de 10 bilhões de reais por ano. E isso que atrai a cobiça.



Quem paga o pato?

O programa Luz para Todos levou energia elétrica para **3,2 milhões de famílias** e 15,6 milhões de brasileiros até 2015. O programa começou em 2003 para superar uma triste estatística apresentada pelo IBGE: 21, 2 milhões de famílias no meio rural brasileiro não tinham luz.

Afinal, qual é o país que, estando entre os 10 maiores produtores de energia **HIDROELÉTRICA**, privatizou todas suas empresas e, conseqüentemente suas usinas?

China?

As hidroelétricas representam cerca de 15% das suas necessidades, e são todas estatais.

Canadá?

Hidroeletricidade, representa cerca de 71% das suas necessidades, 90% são estatais.

Estados Unidos?

A hidroeletricidade só representa 7%, 73% são estatais.

Rússia?

A hidroeletricidade só representa 15% do total, mas todas são estatais.

Noruega?

A hidroeletricidade cobre 98% das necessidades. Tudo estatal.

Índia?

A hidroeletricidade cobre 12% das necessidades. Maioria estatal.

Suécia?

A hidroeletricidade cobre 55% das necessidades. Maioria estatal.

Venezuela?

A hidroeletricidade cobre 80% das necessidades. Tudo estatal.

Japão? 7% de hidrelétricas. Tudo privado.

Assim, se o Brasil privatizar a Eletrobras, dependendo das usinas hidroelétricas em até 70%, mesmo produzindo 7 vezes mais energia hidroelétrica do que o Japão, vai se espelhar nele.

As hidrelétricas da Eletrobras **vendem a tarifa mais baixa do Brasil**.

É a energia de menor custo de produção do país.

Se privatizar, os contratos de comercialização de energia serão revistos. Vão aumentar **quatro vezes** mais. O que está em disputa,

no fundo, é quem se apropria destas extraordinárias unidades de produção, que são as melhores do Brasil.

Para nunca esquecer: A Eletrobras engloba o maior volume de negócios em eletricidade do país. Somente na geração o grupo é composto por **48 hidrelétricas, 112 termelétricas, 2 termonucleares, 70 usinas eólicas e uma usina solar**, próprias ou em parcerias. A empresa também é atuante na transmissão, com

mais de 65 mil km de linhas.

CHESF

Empregos, desenvolvimento social e tecnológico, geração de renda, política de meio ambiente, relação com a cultura regional e a história nordestina podem ter severos prejuízo, caso ocorra a privatização.

A CHESF maior e mais antiga empresa de geração de energia do nordeste pode ser privatizada. Os impactos econômicos e sociais serão irreparáveis. Além de gerar energia e riqueza para o Nordeste, a CHESF também tem uma missão única e muito especial: controlar as águas do Rio São Francisco, o rio que integra toda a região.

Preservar a CHESF pública é sinônimo de economia e geração de emprego. Há um estudo, contratado pelo Ministério da Integração, que mostra que se o governo federal quiser aproveitar o potencial dos canais da transposição do Rio São Francisco é possível produzir mais de 3 GW, ou seja, triplicar o que já era digno de se festejar. Na prática, isso pode resultar em atração de investidores privados que reduziriam os custos para o governo federal a apenas 7,9%, com a geração de mais de 100 mil empregos na região.



Desde 2000, ao menos **884** serviços foram **reestatizados** no mundo. A conta é do TNI (Transnational Institute), centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda. As reestatizações aconteceram com destaque em países centrais do capitalismo, como EUA e Alemanha. Isso ocorreu porque as empresas **privadas** **priorizavam o lucro e os serviços estavam caros e ruins**, segundo o TNI. Os dados foram computados entre 2000 e 2017. Foram registrados casos de serviços públicos essenciais que vão desde fornecimento de água e energia e coleta de lixo até programas habitacionais e funerárias.

POR ISSO A GENTE DIZ

Privatizar faz mal. Reestatizar faz bem!

Para anotar: Entre 2000 e 2017, 884 serviços foram reestatizados no mundo, sendo 83% deles de 2009 em diante.

Alemanha nos últimos anos realizou 348 reestatizações. O grosso dos processos aconteceu no setor de energia: dos 348 serviços que voltaram das mãos privadas para a estatal nas décadas de 2000 e 2010, **284 envolviam abastecimento de eletricidade, gás ou aquecimento**. No geral, o governo havia vendido parte ou a totalidade das redes municipais para investidores privados entre a década de 1990 e início dos anos 2000, mas passou a comprá-las de volta de 2007 em diante.

Estados Unidos - 67 reestatizações. Contratos de água e de energia são alguns dos que foram revertidos em cidades espalhadas por estados tão diversos quanto Flórida, Havaí, Minnesota, Texas, Nova York e Indiana..

Reino Unido - 65 reestatizações. Um dos primeiros países do mundo a elaborar e testar contratos de PPPs, e a deslanchar o **neoliberalismo** o Reino Unido foi também pioneiro em revisar a moda: em 2010, a TfL, a agência pública de transportes, anunciou o rompimento da PPP para a expansão do metrô que tinha desde 2003. A cidade pagou **310 milhões** de libras para comprar de volta a parte da parceira privada, sob o argumento de que, sem a complexidade do contrato misto, teria mais agilidade e menos custos para dar continuidade ao projeto de melhorias e expansão no metrô londrino.

Esta é uma publicação do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

Textos e edição Marli Cristina Scomazzon - Sinergia/SC com supervisão de Roberta Quintino -Stiu/DF

